COLUNA SECOVI
BAURU
Informe institucional
Jornalista Responsável: Maria do Carmo Gregório - MTb 23.732 | Ano 18 | Nº 541 | **16 de agosto de 2025**

Secovi-SP contribui para o aperfeiçoamento da legislação urbanística

O Secovi-SP e outras entidades do setor produtivo têm contribuído com sugestões para aperfeiçoar a legislação e promover o desenvolvimento urbano sustentável em Bauru. Pegorin Netto destaca que as propostas visam simplificar processos, otimizar o uso do solo e aumentar a previsibilidade, cruciais para a segurança jurídica e atração de investimentos. "Nosso foco é impulsionar o crescimento econômico e social, com atenção à moradia e à infraestrutura existente", afirma o diretor.

A desburocratização é ponto chave, sempre respeitando a legislação e o meio ambiente. A simplificação na aprovação de projetos é uma demanda prioritária. O setor também defende a autodeterminação dos proprietários na inclusão de áreas no perímetro urbano.

"Essa flexibilização reduz entraves administrativos, estimula o adensamento em locais consolidados e promove um desenvolvimento urbano ordenado, respeitando a viabilidade econômica e a função social da propriedade", explica o diretor. Ele enfatiza que a agilidade no planejamento e na execução de projetos é um benefício esperado.

Propostas visam impulsionar o crescimento econômico e social de Bauru, com atenção à moradia e à infraestrutura existente

Outra expectativa é a manutenção do Coeficiente de Aproveitamento (CA): mínimo de 3,3 como padrão urbano e 5,5 para zonas de adensamento estimulado. Essa medida é vital para o uso eficiente da infraestrutura urbana existente.

Para a habitação de interesse social, as propostas buscam melhor aproveitamento do solo e uso eficiente da infraestrutura urbana, visando viabilizar a construção de unidades e ampliar o acesso à moradia formal para a população de baixa renda.

Segurança Jurídica

A definição de limites claros e previsíveis para a outorga onerosa e as medidas mitigadoras é fundamental para a viabilidade de projetos e atração de investimentos. A imprevisibilidade desses custos pode inviabilizar empreendimentos.

Pegorin Netto também destaca o direito de protocolo para processos com diretrizes urbanísticas emitidas antes de alterações legislativas, com validade de 48 meses. "Mudanças legislativas sem essa salvaguarda podem gerar grandes prejuízos e desestimular investimentos. O prazo sugerido oferece previsibilidade para a continuidade dos projetos", conclui.

Comemoração - A Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru) completou 59 anos no dia 12 de agosto. O Secovi-SP cumprimenta a atual diretoria e rende homenagem a todos aqueles que contribuíram para construir a história da entidade, importante parceria na atuação em prol do desenvolvimento urbano, econômico e social de Bauru.